

PROPOSIÇÃO
PROJETO DE LEI

NÚMERO
005/ 2024

AUTOR
PEDROSA FILHO (NECÓ)

EMENTA

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SELO COMEMORATIVO DOS 404 ANOS DA FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO - MA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica criado o selo comemorativo do aniversário de 404 anos da fundação da cidade de Rosário - MA.

Parágrafo único - Todos os documentos públicos, obras, serviços, publicidade, propaganda e demais atos próprios do Poder Executivo deverão constar, durante os anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, o selo comemorativo.

Art. 2º - É assegurado aos demais Poderes, se assim entenderem, o direito de utilização do selo comemorativo.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com outros órgãos da Administração Pública Estadual ou Federal, em especial os Correios, para expedição ou divulgação do selo comemorativo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como escopo criar o Selo Comemorativo dos 404 anos de Fundação da nossa querida Rosário.

Aludido selo simbolizará um marco nas comemorações dos 404 anos de Rosário - MA, sendo que o seu registro marcará na história desta cidade.

Visto que de acordo com várias obras sobre a história da nossa querida Rosário, afirmam que aludida cidade nasceu à margem esquerda da foz do Rio Itapecuru, na região pertencente à Zona da Baixada, distante, em linha reta, 42 quilômetros da Capital do Estado. A sede municipal fica a uma altitude de 14 metros do nível do mar. É a quarta cidade mais antiga do Maranhão. Teve sua origem em 1620, na Povoação de Nossa Senhora do Rosário com a construção do Forte de Vera Cruz, por Bento Maciel Parente, "para conter os índios hostis destas paragens" (Spix Martius, Viagem pelo Brasil).



Ruínas do Forte de Vera Cruz

A primeira cidade do Maranhão é São Luís, que surgiu em 1612, com a fundação do Forte, em homenagem a Luiz XIII, monarca francês. A segunda, Icatu, teve origem na Vila Velha do Icatu, nasceu no Arraial de Águas Boas; uma remanescente nos arredores do antigo Forte de Santa Maria de Guaxenduba, erguido às pressas pelo comandante das tropas portuguesas Jerônimo de Albuquerque.

A terceira cidade mais velha é Alcântara. “A partir de 02 de janeiro de 1616, data em que Alexandre de Moura expediu em São Luís, do Forte de São Felipe, o regimento a Martim Soares, ficou praticamente e historicamente esboçada a Capitania em Tapuitapera e Cumã...” (Antônio Lopes, Alcântara, pg. 53). “Tapuitapera foi arraial onde se instituiu presidio militar em 1617 e, então ou mais, a paróquia a freguesia” (Continua o autor à página 69).

O crescimento demográfico de uma região brasileira segue uma estrutura hierárquica e administrativa, que teve início na Colônia, conforme o processo de desenvolvimento, classificam-se: Povoação ou Arraial; Freguesia, sob o ponto de vista eclesiástico; Vila, categoria superior a povoado; Cidade possui complexo administrativo, social e econômico. Esta evolução territorial e orgânica cresce em cima dos restos das nações indígenas; lugares com terras férteis, abundantes em caças, peixes e frutos típicos das regiões. Os colonizadores não respeitavam as propriedades dos nativos. Chegavam desencadeavam massacres e terrores, os índios sobreviventes partiam em fuga para as matas e contavam as barbaridades dos homens brancos. Isto criava aversão aos colonos, que invadiam suas terras e impunham as normas de uma nova cultura.

A colonização européia do litoral maranhense continuou pelos rios acima, com relações não amistosas entre colonizadores e os habitantes nativos. A ocupação das margens férteis e abundantes do Rio Itapecuru começou em 1615, com as chamadas “missões volantes”, sendo precursores os missionários jesuítas Manuel Gomes e Diogo Nunes.

A ocupação das margens do Rio Itapecuru não foi pacífica, houve confrontos e massacres entre colonizadores, nativos e invasores. A orla ribeirinha guardava uma região promissora de terras férteis. Teve início uma grande produção de riquezas: açúcar, algodão, arroz, gado, pescado, frutas, etc. “As margens deste rio poderiam fornecer algodão para as necessidades de toda a Europa. Essa grandiosa pujança de solo” (Spix e Martius. Op. Cit)

Enquanto os lavradores implementavam a produção nas fazendas, sofreram um assalto impetuoso com a invasão dos holandeses. Em 25 de novembro de 1641, sob o comando do Almirante João Corneles, primeiro saquearam São Luís, aprisionaram o governador Bento Maciel Parente. Dominada a Capital, partiram para o interior da Capitania. Subiram o Rio Itapecuru, 300 homens renderam as povoações ribeirinhas, apropriaram-se dos engenhos e exigiram a produção de “cinco mil arrobas de açúcar”. – (César Marques) Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão - Cerca de 75 toneladas, na época uma fortuna.

Os holandeses reconstruíram o Forte de Vera Cruz, que estava arruinado e deram o nome de Monte Calvário. Guarneceram com uma tropa de 70 homens e 8 peças de artilharia sob as ordens do Capitão Maximiliano Schade. Com estas atitudes esperavam explorar as riquezas da região.

Os proprietários dos engenhos saqueados das ribeiras do Itapecuru, constrangidos com a situação devastadora, prepararam um levante comandado por Antônio Muniz Barreiros e auxiliado por Antônio Teixeira de Melo. As tropas dos lavradores marcharam contra os holandeses. Na noite de 30 de setembro de 1642, emboscaram cinco engenhos, incendiando as

casas que os invasores estavam hospedados. Ao amanhecer do dia 1º de outubro tomaram o Forte de Vera Cruz, localizado abaixo da Vila de Nossa Senhora do Rosário.

Os holandeses foram surpreendidos com os ataques furiosos e cruéis dos senhores de engenhos das margens do Itapecuru que lançaram fogo, tiroteio e golpes de espadas; dominando, assim, os invasores. Apenas 40 homens sobreviveram feridos e prisioneiros, inclusive o Capitão Maximiliano Schade.

Os missionários jesuítas das “Missões Volantes” que primeiro aportaram nas ribeiras do Itapecuru empenharam-se no combate aos holandeses. “Antônio Teixeira de Melo atesta que o Padre Lopo do Couto, que deu princípio e foi o primeiro motor desta guerra, com as orações e merecimentos do Padre Benedito Amodei, se atribuiu a vitória e restauração deste Estado”. (Mário Meireles) – Rosário do Itapecuru Grande, pg. 41.

A Vitória do Itapecuru incentivou os maranhenses a expulsar os invasores de São Luís. A tropa seguiu para a Ilha Grande, lá travou-se uma guerra, que se arrastou por 17 meses. Antônio Muniz Barreiros morreu na luta, Antônio Teixeira de Melo continuou no comando. Finalmente, os holandeses derrotados arribaram do Maranhão em 28 de fevereiro de 1644. O êxito dos maranhenses na guerra repercutiu no Brasil. Pernambuco encorajou-se e fez o mesmo em 1654.

Poucos anos após a dissipação holandesa, outro episódio triste e cruel marcou a história das margens do Itapecuru, o massacre dos padres Francisco Pires, Manuel Muniz e Gregório Fernandes, em 28 de agosto de 1649, pelos índios tapuyos uruatis. A atrocidade ocorreu no “Engenho do Itapecuru”, propriedade que Antônio Muniz Barreiros deixou como legado à Companhia de Jesus, que assumiu a educação do seu filho, Ambrósio Muniz Barreiros. Os tapuyos cercaram a casa de palha, um tiro para “afugenta-los” disparado do interior incendiou a palhoça. Os portugueses fugiram; os padres, confiantes nos nativos, permaneceram no local, agredidos, pediram clemência, mas foram executados a golpe de borduna. No Engenho, “estavam quatorze homens, brancos e alguns indígenas mofilos” (batizado) – Raimundo Medeiros Rio Itapecuru.

A barbaridade dos tapuyos contra os padres fez os missionários recuarem das margens do Itapecuru, sendo restabelecida com a chegada do Padre Antônio Vieira no Maranhão, em 16 de janeiro de 1653, que preparou uma missão e mandou reatar as relações com os índios e catequizar outras aldeias. Logo, a Companhia de Jesus teve problemas políticos com o governo do Maranhão, que defendia o interesse dos colonos na captura dos índios para trabalharem como escravos nas produções, enquanto os padres pregavam a criação das “aldeias de paz”.

Os jesuítas se dedicaram aos ideais da Missão. O Padre Pedrosa insistia na pacificação indígena; conseguiu organizar as aldeias. O Padre João Avelar implementou o Aldeamento de São Miguel, construiu, no centro do povoamento, uma Capela a Nossa Senhora de Lapas e Pias, erguida com taipa de pilão, à margem direita do Itapecuru, quase em frente à Povoação de Rosário.

A ribeira do Itapecuru ficou devastada com a invasão holandesa e os ataques indígenas, mas os jesuítas não se intimidaram com ações corajosas e, munidos de confiança nos nativos, restabeleceram a paz na região. O governo do Maranhão, para consolidar o trabalho missionário, muitas vezes prejudicado pela política provincial, recuperou o Forte Vera Cruz da boca do rio e construiu o fortim Santo Cristo na “Serra Semide”. Os lavradores restabeleceram a produção, e a povoação de Nossa Senhora do Rosário voltou a crescer, em paz.

O Pe. João Avelar conseguiu a proeza de colocar os índios guararés no Aldeamento de São Miguel. O missionário estava em São Luís quando recebeu uma comissão com oito índios, enviada pelo cacique, convidando o Pe. Avelar para uma jornada catequética, que se estendia às

aldeias dos Ubirajas “Barbudos”. A missão teve uma recepção jubilosa. Todos se demonstravam felizes. Após a festividade, os índios retornaram à floresta. À noite, enquanto os missionários descansavam, foram despertados por gritos de guerra. O Pe. Avelar foi o primeiro a tombar, em seguida vários da comitiva religiosa sucumbiram. Alguns escaparam em estado deplorável de flechadas e bordunadas dos guararés. Depois da barbárie, fugiram levando, como prisioneiros, vários índios cristãos da “Aldeia de Paz” São Miguel.



Fachada atual da Igreja de S. Miguel



Antiga fachada da Igreja de S. Miguel

Os padres não desistiram da catequese e fizeram os guararés voltar ao aldeamento de São Miguel em 1726 e quatro anos mais tarde, conquistaram os ubirajaras “barbudos”. Outras nações indígenas foram catequizadas, as chamadas Aldeias Altas, onde o Pe. Antônio Dias fundou um povoado, atual cidade de Caxias; seguiram rio acima, no Alto Itapecurú, chegaram em Pastos Bons. Os trabalhos missionários sofreram interrupção em 1760, quando o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

A beleza e as riquezas naturais: abundância em caça, peixes e frutos das margens do Rio Itapecuru renderam-lhe, com muita peculiaridade, o título de “Jardim do Maranhão”. Logo vieram engenhos de açúcar, criadores de gado, plantadores de algodão e uma variedade de produtos agrícolas.

Os nativos, verdadeiros proprietários, tiveram suas terras invadidas e tornaram-se incômodos para os colonizadores, que não tinham lugar para eles na nova sociedade que se estabelecia. Quando os índios tentavam recuperar seus territórios, classificavam-nos de baderneiros ou “gente inferior”. Os governantes autorizavam a escravidão dos nativos em “guerra justa”. Os padres jesuítas tinham a missão evangelizadora, não concordavam com a política de colonização repressiva, mas os povos indígenas, assustados, não faziam diferença a princípio, entre um missionário e um colono.

As margens do Itapecuru serviam de combate às lutas constantes entre colonizadores e povos nativos. Os colonos recebiam as terras, instalavam suas fazendas e engenhos nas áreas indígenas e partiam para “guerra justa”, a fim de escravizar os nativos. Essas incursões lamentáveis nas aldeias terminavam em conflitos com os índios que povoavam a região. O governador do Maranhão, João da Maia Gama, em portaria de 22 de agosto de 1722, autorizou o capitão-mor Francisco Xavier de Aragão a incitar a guerra aos índios barbudos, aldeados na Aldeia Pequena, em torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Itapecuru. Mandou, ainda, aprisionar a todos e matar no furor da guerra os que resistissem, perseguir os que escapassem até se renderem, para que se servisse de exemplo e terror às mais nações (M. Meireles / C..Marques).

Quanto à criação da Freguesia de Rosário, na antiga Aldeia dos Índios Barbudos, o governador da Província do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, em Carta Régia de 24 de dezembro de 1716, dizia “estar no Rio Itapecuru a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que servia de freguesia aos moradores do dito rio e soldados da fortaleza dele...” (C. Marques).

Nossa Senhora do Rosário, venerada padroeira do Rio Itapecuru, tinha grande prestígio entre os portugueses. A igreja possuía vigário, antes mesmo de ser elevada a Freguesia, nomeado pelo governo para atender toda a população ribeirinha. “Foi pela segunda vez criada a freguesia pela provisão régia de 25 de setembro de 1801”. (C. Marques, pg.559, op.cit.).

Continuando com as informações de César Marques, em 1802, “a freguesia de Rosário compreendia 196 fazendas, 226 sítios, 333 agricultores, 27 negociantes, 52 artistas, além dos mais indivíduos brancos e forros de um e outro sexo, tem mais de 10.179 escravos, enfim ao todo 12.174 almas”; Com estes dados estatísticos, conclui-se que a população escrava representava 83,61 % dos seus habitantes. “São Miguel era povoação de índio com seu privativo Vigário, cujos indivíduos não eram compreendidos no mapa geral da população”.

Mário Meireles, na história de “Rosário do Itapecuru Grande”, à página 63, apresenta outro levantamento demográfico de 1805, que chega a conclusões semelhantes sobre a escravatura na região: registra 13.672 habitantes, sendo 2.497 pessoas livres e 11.175 escravos; isto equivale a 81,74 % da população em cativeiro no período da abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, o município ainda possuía 22% da população escrava.

Os cientistas bávaros – Spix e Martius, Viagem pelo Brasil, vol. 2, pg.264 - no percurso da viagem entre Caxias – São Luis, via Rio Itapecuru, em 11 de junho de 1819, chegaram a “São Miguel, extensa freguesia, cujos moradores, na maioria eram gente de cor e entre eles, cerca de 300 índios”. Um aldeamento dos padres jesuítas. Prosseguindo a descida do rio, em pouco tempo aportaram no povoado de Pai Simão, formado ao redor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída pelo negro Simão da Boa Vida, que conseguiu alforria, incentivava os escravos a apoiar os companheiros. Convidava os amigos do cativeiro para desfrutar a liberdade no espaço sagrado, fora das gargalheiras.

Nos arredores dos armazéns do lugarejo Pai Simão, os dois cientistas maravilharam-se com a produção cerâmica na olaria do Convento dos Carmelitas Calçados, que possuíam uma grande propriedade com 90 escravos trabalhando na manufatura de louça de barro, principalmente “grandes panelas e pratos redondos”, tijolos, telhas, queimavam em três fornos, as peças apresentavam coloração vermelha da mistura de argila com óxidos. Além da lucrativa produção de louça, a Fazenda do Carmo cultivava algodão, arroz e criava gado para consumo da casa.



Igreja de São Simão

Com a invasão francesa a Portugal, o Príncipe Regente D.João VI deixou Lisboa, em 1808 e veio com a família real morar no Rio de Janeiro, então capital do Vice-Reinado do Brasil. Em sua reforma administrativa com a determinação Régia de 13 de agosto de 1811, criou em São Luís, um Tribunal de Relação, cuja jurisdição integrava o território do Ceará a São José do Rio Negro, na Amazonas. A Resolução do príncipe deu prestígio políticos a capital Maranhense.

O movimento revolucionário de Portugal, em 1820, exigia a aprovação de uma constituição. Outro grande problema, o ressentimento dos portugueses por seu rei morar na colônia. Tudo isso força D. João VI a voltar para Lisboa, em 26 de abril de 1820, abdicando a coroa ao Príncipe Regente D. Pedro. Aqui cresce a pressão pela independência do Brasil, que aconteceu no dia 7 de setembro de 1822. Os portugueses residentes na Bahia e Maranhão criaram resistência. As Juntas provisórias, que governavam estas províncias, permaneceram ligadas às ordens do Rei de Portugal, D. João VI.

D. Pedro I mandou uma força do exército, saindo do Ceará, invadir o Piauí e o Maranhão. Reprimidos os rebeldes piauienses, uma tropa atravessou o Rio Parnaíba e ocupou a Vila de Caxias e outra cercou a Vila de Itapecuru Mirim e proclamou a adesão do Maranhão e criou uma junta de governo. O Capitão Salvador de Oliveira, comandante da tropa da independência, desceu o Rio Itapecuru e alojou seu exército em Rosário, enquanto esperava o comando resolver as escaramuças de Caxias, para juntar as tropas e dominar os rebeldes da capital.

Neste ínterim, o Almirante Cocharne surpreendeu com sua chegada a São Luís, fechou o porto e rendeu a Junta Provisória, fiel a coroa lusitana, que governava a Província. Às 11:00 horas da manhã do dia 28 de julho de 1823, desceu a bandeira portuguesa, hasteou a brasileira e a Câmara proclamou a adesão do Maranhão à Independência do Brasil, apenas 8 dias após a Proclamação em Itapecuru- Mirim.

Destituída a Junta Governativa, ligada a corte portuguesa, D. Pedro I nomeou presidente da Província o advogado Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce e comandante das armas José Félix Pereira de Burgos. Instalou-se no Maranhão um período de “Violência e Arbitrariedade”, provocando a revolta na “Vanguarda dos Independentes”.

O Capitão Salvador de Oliveira reintegra a corporação e instituiu a “Força Armada contra o Despotismo”. O comandante da Guarnição de Rosário, Alferes Félix Gualberto Castelo Branco, autorizou o ajudante de ordem Manuel Pinheiro a ocupar o Forte Vera Cruz na boca do Rio Itapecuru e apoderar-se do povoado de Estiva na ilha de São Luís, utilizando o destacamento de Perizes.

Os comandantes de Caxias e Pastos Bons uniram a “Frente Revolucionária de Rosário” e criaram a “Comissão Expedicionária do Itapecuru Mirim”, com base militar na freguesia rosarense, para destituir o Presidente Bruce. Cercaram São Luís, em 30 de julho de 1824.

O exército da capital estava preparado para defender o presidente da Província e rompeu fogo contra as tropas da “Comissão Revolucionária”, que não resistiu o cerco e arribou para Rosário, três dias depois, sem realizar o plano de depor Bruce.

A revolução estendia-se por 90 dias, quando retornou ao Maranhão o Almirante Cocharne. O Presidente Bruce partiu, então, para o Rio de Janeiro; os revoltados acalmaram-se e o movimento enfraqueceu. “A Câmara da Capital, por edital de 25 de maio de 1832, fez saber seus munícipes que se achava restabelecida a tranqüilidade nesta freguesia” (César Marques).

A provisão régia de 19 de abril de 1833 eleva à freguesia de Rosário a categoria de Vila. O que se fez cumprir pela promulgação da Lei provincial nº 3, de 30 de março de 1835. A Vila ficaria composta pelas freguesias de Nossa Senhora de Rosário, onde instalou-se a sede e a Nossa Senhora de Lapa e pias de São Miguel Arcaujo.

A mesma Lei Provincial nº 3, de 30 de março de 1835, consagrou Rosário a Vila e criou a primeira cadeira de latim para meninos. Dois anos depois, outra Lei, de 26 de Julho de 1837, fundou a escola de primeiras letras para meninas.

Provavelmente o ensino teve início com os professores Manuel de Jesus Lima, com a classe masculina; e Joana Raimunda de Melo, com as meninas. O mestre escola de maior destaque da Vila de Rosário, Adrião Gonçalves Lima, primeiro professor de Benedito Pereira Leite, rosarense ilustre de reputação nacional.

Com a criação da Guarda Nacional em 18 de Agosto de 1831, Rosário sediu o 17º Batalhão de Caçadores da Corporação. A Posição geográfica da Vila, próxima da foz do Rio Itapecuru, naturalmente um ponto estratégico no continente para defesa da capital da Província do Maranhão, tendo como base de proteção o Forte de Vera Cruz, que passou por uma reestruturação em 1840. Neste período, a Balaiada, revolução popular, havia arrasada a Vila de Itapecuru e os sertões maranhenses. Rosário não sofreu tantas conseqüências com a revolta, ainda teve o privilégio de prender um dos líderes, o vaqueiro Raimundo Gomes (O Cara Preta) que perdeu 500 homens de sua coluna em confronto nas matas de Cemimata.

Em maio de 1849, a população de Rosário comemorou a chegada no Porto da Vila, do primeiro navio a vapor do Maranhão, que iniciava a mudança do transporte nos povoados do Vale do Itapecuru, ligando São Luís a Caxias.

Pela Lei provincial nº 488 de 18 de julho de 1858, foi criada a comarca de Rosário, desligando-se de Itapecuru-Mirim, com abrangência de Icatu e Miritiba (Humberto de Campos). Ainda faziam parte desta circunscrição judiciária os principais povoados: Peris de Cima, Peris de Baixo, Cachoeira, Itamerim, Mucambo e Pai Simão, 24 anos depois instalou-se a comarca de Icatu.

Depois da Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, em 15 de novembro de 1889, o país teve de sufocar algumas rebeliões e romper as relações com Portugal para estabelecer o regime republicano e a unidade nacional. O Maranhão, apesar da grande influência lusitana não fez oposição ao movimento, aderiu a República em três dias.

A economia maranhense dependia da produção rural, sustentada pelo trabalho escravo. Com a Lei Áurea, a Providência sofreu um grande impacto econômico. Rosário e demais municípios dependiam da produtividade agrícola. A estimativa demográfica de 1896, registrava que apenas 20% dos habitantes moravam na Vila, na época existia na sede municipal: 436 casas, 35 quitandas, 3 padarias, 2 açougues, uma farmácia e 28 artífices (alfaiate, sapateiros, ferreiros, marceneiros e outros). Enquanto na zona rural vivia 80% da população distribuídas nas habitações dos velhos aldeamentos criados pelos missionários jesuítas e outros povoados espalhados pelas margens do Rio Itapecuru e campos da região. Eram 40 fazendas, 13 engenhos de açúcar, seis olarias e duas fábricas de beneficiamento de algodão.

A estrutura política de Rosário e dos outros municípios ficou estabelecida pela Constituição Estadual, na Lei nº 2 de 14 de setembro de 1892, que regimentava a administração municipal. O poder Executivo era exercido por um intendente, chefe do município e o Legislativo por uma câmara municipal com cinco vereadores. A Vila de Rosário sediava uma Coletoria Federal, que cuidava das tributações da união; outra Estadual, que cobrava os impostos de sua alçada; uma agência dos correios com malas postais quinzenais. A comarca estava sobre a jurisdição de um juiz de Direito e um promotor Público, onde funcionava um tribunal de Júri, que julgava os cidadãos. Ainda existia uma delegacia de polícia civil e três subdelegacias nos distritos policiais dos povoados.

Com o título de cidade, a Câmara Municipal de Rosário ganhou mais dois vereadores, elevando de cinco para sete o número de representante da população no poder legislativo. O recenseamento de 1920 registrou 17.153 habitantes no município, 2.847 pessoas a menos que o levantamento de 24 anos atrás. Estas estatísticas demonstraram que a população rosarense diminuiu no primeiro quartel do século XX.

A Estrada de Ferro São Luís - Teresina corta 65 km do município de Rosário, passa dentro da cidade onde existe uma Estação de Trem. A construção desta ferrovia realizou-se em duas etapas. A primeira de Caxias a São José das Cajazeiras ou Flores (Timon), autorizada por D. Pedro II, com o decreto imperial nº 10.250 de dezembro de 1888. A inauguração dos 78 km ocorreu em 9 de junho de 1895.

O Presidente da República, Afonso Pena, depois de fazer uma viagem difícil, subindo o rio Itapecuru em uma gaiola a vapor, partindo da capital maranhense com destino a Aldeias

Altas, determinou por decreto Lei nº 1.329 de 3 de janeiro de 1905, a construção da segunda etapa da ferrovia São Luís –Caxias, conectando com os trilhos que ligavam esta cidade a Timon, em frente a capital do Piauí.

Os trabalhos reiniciaram em 1907, mas o governador do Maranhão, Benedito Leite, rosarense, embargou a ferrovia. O primeiro traçado da Estrada de Ferro não passava em Rosário e em outras cidades do vale do Rio Itapecuru. Fez-se novo projeto, que tem o traçado atual.

A linha férrea que liga Rosário a Cantanhede foi inaugurada em 1º de julho de 1919, enquanto os trabalhos da ferrovia continuavam por Pirapemas, Itapecuru - Mirim, Coroatá, Codó até Caxias. O Trecho que liga Rosário - São Luís teve sua inauguração em 14 de março de 1921, mas até então interrompido no Estreito dos Mosquitos.

Finalmente ficou autorizado a interligação da Ferrovia São Luís - Teresina, através do decreto nº 14.823, do governador Epiácio Pessoa de 24 de maio de 1921. O projeto Ferroviário, ligando as duas capitais do Maranhão e do Piauí, concretizou-se com a construção das pontes: Benedito Leite, sobre o estreito dos Mosquitos, e a do rio Parnaíba. A ferrovia foi inaugurada em 31 de dezembro de 1938, 43 anos depois do primeiro trecho, Caxias - Timon.

Igreja Nossa Senhora do Rosário.



Fachada da Igreja Nossa Senhora do Rosário

Os historiadores dizem que Bento Maciel Parente construiu o Forte de Vera Cruz em 1620. “A margem esquerda do rio Itapecuru na lat. Merid. De 2º48` e na long. Oc. De 45º45` foi assentada a povoação outrora do Itapecuru Grande, onde havia uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Rosário” (Cezar Marques) pág 559.

O governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire (1707-1718), em carta régia, afirma que a igreja “Servia de freguesia aos moradores do dito rio e aos soldados da fortaleza dele, a qual era a mais antiga deste Estado por ter no mesmo rio, princípio a cidade”. A Matriz volta a ser notícia oficial devido seu desmoronamento, às 2 horas da madrugada de 26 de março de 1866, com as fontes chuvas que caíram em Rosário. As celebrações religiosas realizavam-se no corredor esquerdo do templo em ruínas.

As autoridades civis, religiosas e militares se mobilizaram para arrecadar fundos. O tesouro provincial, também contribuiu para a construção do novo templo. “As 5 horas da tarde de 25 de julho de 1868 foi assentada a 1º pedra para a edificação da igreja matriz pelo Exmo. Sr Bispo D. Luís da Conceição Saraiva” (Enciclopédia dos Municípios brasileiros, pág 303). Estava presente na solenidade o presidente da Província do Maranhão, Dr Manuel Jansen Ferreira, o juiz de direito de Rosário, Dr. Mathias Antônio da Fonseca Morato, uma multidão de fiéis da capital e rosarense. A igreja foi projetada pelo capitão engenheiro Dr.Francisco Gomes de Souza, tendo 16.72m de frente e 33m de fundo, compondo a estrutura: a Nave, a sacristia e o Consistório. As obras continuaram em pleno desenvolvimento, graças aos esforços da comissão de construção do templo, destacando-se o Dr. Morato e o coronel Rocha. O juiz promovia leitões beneficentes e dirigia pessoalmente os trabalhos.

Em fevereiro de 1871, a comissão comunicou oficialmente ao presidente da província, Dr. Augusto Gomes de Castro, o término da igreja. A pedido do grupo de trabalho, o benzimento aconteceu no dia 28 de maio do mesmo ano.

A população rosarense tem orgulho de sua igreja, conta ser a única do Brasil a possuir a torre sineira na parte de trás, só existindo outra igual na Itália. Sua construção de pedra e cal durou apenas três anos, um esforço conjunto do povo, autoridades locais e do presidente da província do Maranhão.

É notório que a igreja da Nossa Senhora do Rosário possuía uma fachada azulejada, que foi substituída por outra, no final do século XX, com azulejos novos da mesma cor branca, após tentativa de limpeza sem sucesso, “Os antigos estavam bastante encardidos”.



Torre Sineira

Os azulejos da fachada da Matriz de Rosário tiveram o mesmo destino de revestimento azulejares de dezenas de casas e sobrados de São Luís e cidades históricas do Maranhão, que desapareceram do patrimônio arquitetônico sem deixarem registros na história cultural e artística dos arquivos e bibliotecas do Estado, para a população carente de conhecimentos do passado próximo e marcante. O descaso do poder público e a falta de conscientização das comunidades urbanas são catastróficas para qualquer acervo ou bem patrimonial. Esta é fabulosa história da modesta Rosário.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos meus ilustres pares desta Casa no tocante a iniciativa legislativa que ora submeto à consideração de Vossas Excelências, manifestando minha confiança na aprovação desta proposição, pelo interesse público de que se reveste a matéria.

SALA DAS SESSÕES DO PLENÁRIO VER. MARTINHO DA CRUZ, DO PALÁCIO “DOROTÉIA QUEIROZ”.

Rosário – MA, 22 / 02 / 2024.

VER. JOSÉ MARIA PEDROSA L. FILHO (NECÓ)
E-mail: pedrosafneco@gmail.com / Fone: 985327844